

April 5, 1978

Telegram from the Brazilian Embassy in Buenos Aires to the Foreign Ministry, 'External Policy. Argentina. Nuclear non-proliferation. Issue no. 132.'

Citation:

"Telegram from the Brazilian Embassy in Buenos Aires to the Foreign Ministry, 'External Policy. Argentina. Nuclear non-proliferation. Issue no. 132.'", April 5, 1978, Wilson Center Digital Archive, Argentine Foreign Ministry Archives
<https://digitalarchive.umd.edu/document/121401>

Summary:

This telegram made by the Brazilian Embassy in Buenos Aires, verifies U.S. pressure on Argentina's nuclear program, especially through Canada, with whom Argentina had a strategic partnership in the nuclear field. The telegram goes into depth on factors that underlie Argentina's decision not to sign the NPT, and its efforts to import the materials necessary for its nuclear program.

Credits:

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

Original Language:

Portuguese

Contents:

Original Scan
Translation - English

CAIXA 159/1978

EMBAIXADA DO BRASIL
EM BUENOS AIRES

400(846)(829)
M210

Nº.	339
EM	5.478

1852
PARA: SECRETARIA DE ESTADO

CONFIDENCIAL

DAM-I/DNU/DEM/SEB/

INDICE: Política Externa.
Argentina.
Não-Proliferação nuclear.
Tema nº 132.

FEITO SUBSTITUTO

Informe.

1. A Argentina não é signatária do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) por considerá-lo que, se por um lado tende a limitar a carreira armamentista, por outro consolida nas mãos de uns poucos a decisão de quem tem direito ou não a se beneficiar das extraordinárias possibilidades de desenvolvimento econômico e social que assegura o uso pacífico da energia nuclear. Não tendo participado da Conferência do Comitê das 18 Nações para o Desarmamento, que se reuniu em Genebra e que apresentou à Assembléia Geral de 1968 um documento terminado, cuja modificação era politicamente impossível, a Argentina estimou necessário fazer uma reserva de tipo geral sobre este procedimento.
2. Assim, assinalou, como premissa inicial, que era alentador dar aos Governos oportunidade para exporem suas opiniões sobre o tema de não-proliferação em geral e sobre o Tratado em particular, na esperança de que, dentro de espírito construtivo e de cooperação, as preocupações e aspirações daqueles que não haviam participado nas deliberações de Genebra fossem tomadas em consideração. Além disso, ponderou que não se devia atribuir exagerada importância ao argumento de que

ANEXOS: —
ML/LRSF

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/339/1978/2-.

de que naquele momento se havia conseguido a convergência de opiniões das duas grandes potências nucleares, o que poderia talvez não se repetir no futuro, para assegurar que fosse aprovado o Tratado.

3. Cabem ser distinguidos dois aspectos quanto à posição argentina: frente à não-proliferação em termos gerais e frente ao Tratado em si. A Argentina não se opõe à não-proliferação de armas nucleares e até 1968 deu firme apoio a todas as iniciativas que existiram sobre este assunto na Assembléia-Geral das Nações Unidas. Ademais, a Argentina foi patrocinadora das propostas que se incorporaram ao Tratado Antártico de 1/12/59, que proibiram a realização de experiências nucleares na Antártida e o depósito de detritos de materiais radioativos nessa região. Assinou, embora não tenha ratificado, o Tratado de Moscou sobre provas nucleares e o Tratado de Tlatelolco para proscrição de armas nucleares na América Latina. No entanto, esse apoio à idéia da não-proliferação de armas nucleares não é incondicional e indiscriminado, estando subordinado, para a Argentina, ao reconhecimento de dois valores fundamentais que devem ficar protegidos nos instrumentos que regulam a não-proliferação.

4. O primeiro é a proteção da segurança de cada um dos membros da comunidade internacional, já que atualmente, com países nucleares e não-nucleares, a não-proliferação pura e simples congela a situação existente. Em consequência, considera a Argentina necessário que sejam dadas garantias efetivas aos Estados que não possuem armas nucleares por aqueles que, em razão de sua maior potência militar, têm responsabilidade primordial na esfera nuclear.

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/339/1978/3-.

5. O segundo valor fundamental que a Argentina entende dever ser protegido para alcançar-se a não-proliferação é o avanço tecnológico, particularmente dos países em vias de desenvolvimento, para os quais constitui a chave de todo desenvolvimento econômico e social. "A Argentina", afirmou o delegado deste país na Primeira Comissão da Assembléia-Geral de 1968, "receberá com gratidão toda assistência que lhe possa ser concedida pelas Grandes Potências para desenvolver sua tecnologia nuclear com fins pacíficos, mas não pode aceitar ficar subordinada a constante dependência nesse campo, mais ainda quando no país já existem as bases da técnica nuclear necessária para nosso desenvolvimento econômico".

6. Fundando-se nessas premissas gerais, a Argentina reservou sua posição quanto ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares e apresentou uma série de objeções ao texto. Em primeiro lugar, considerou que o então ainda projeto de Tratado limitava as faculdades dos Estados não-nucleares em toda uma linha de pesquisa com relação às explosões pacíficas e se inclinou pela inclusão de fórmula similar à do Tratado de Tlatelolco, especialmente seu artigo 18, por considerá-lo mais apropriado aos interesses dos países em desenvolvimento. Dentro desta idéia geral, criticou a fórmula do artigo 5º por considerar que as Partes do Tratado que fossem países nucleares não assumiam na realidade qualquer obrigação concreta, já que o compromisso desses países se limitava a mera cooperação "pelos procedimentos internacionais apropriados" (não definidos no Tratado nem no debate da Assembléia Geral) e aos "benefícios potenciais de quaisquer aplicações pacíficas das explosões nucleares".

7. Para a delegação argentina contrastava a forma vaga

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/359/1978/4-.

vaga das obrigações que assumiam os Estados nucleares quanto à cooperação com as nítidas e concretas que se impunham aos países não-nucleares nos artigos 2º e 3º. Com respeito ao artigo 4º, se considerou apropriada a menção ao direito inalienável ao desenvolvimento nacional próprio, embora esse constituísse mera declaração.

8. Outro assunto que preocupou a Argentina foi o intercâmbio de equipamentos e materiais nucleares, tal como estava contemplado no projeto do Tratado, já que considerava não ter o mesmo significado claramente definido. A Argentina, por outro lado, considerou insuficiente o artigo 6º e o qualificou como "una mera declaración de buenos deseos", assinalando a necessidade de contar com fórmulas concretas quanto às obrigações das potências nucleares. Por tudo isso a Argentina não assinou o Tratado e se absteve na votação da Resolução 2378 (XXII) da Assembléia-Geral, que o encomiava.

9. A Argentina entende que atualmente, através de cada vez mais rigorosos sistemas de salvaguarda ou de outros procedimentos, se pretende controlar toda a atividade nuclear pacífica, impossibilitar a construção de fábricas de reprocessamento e enriquecimento de urânio e, por fim, vedar àqueles que não assinaram o TNP a possibilidade de fabricar artefatos nucleares com fins pacíficos. A Conferência de revisão do TNP, realizada em Genebra, em maio de 1975, não conseguiu superar certos aspectos de fundo, que levaram muitos países a não aderir ao mesmo. As conclusões dessa Conferência foram consideradas magras pela Argentina, especialmente nos pontos mais controvertidos do TNP.

10. Sem dúvida o uso pacífico da energia nuclear ocupa lugar fundamental no desenvolvimento econômico da Argentina, cabendo

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/ 339/1978/5-.

cabendo recordar que este país criou sua Comissão Nacional de Energia Atômica em 31 de maio de 1950 e que pelo Decreto-lei 22.498, de 19 de dezembro de 1956, a transformou em órgão dependente da Presidência da Nação e redefiniu suas funções e finalidades. Por outro lado, o primeiro reator nuclear posto em funcionamento na América Latina foi o RA-1, construído na Argentina e em operação desde 1958 com fins de pesquisa e produção de radioisótopos. Atualmente, essa produção de radioisótopos se faz primordialmente no RA-3, desenhado e construído pela CNEA e que se encontra em funcionamento no Centro Atômico de Ezeiza desde 1967. Desde 20 de março de 1974, a Argentina consome e energia elétrica produzida pela Usina Nuclear de Atucha, localizada à margem direita do Paraná, a pouco mais de 100 quilômetros a noroeste de Buenos Aires.

11. Em 1975 a CNEA apresentou plano nuclear para a década 75/85, que partia do princípio de que o urânio natural era a solução ideal para o desenvolvimento nuclear argentino, já que o país havia assimilado grande parte dessa tecnologia, sensivelmente mais barata do que a do urânio enriquecido. Nesse particular a CNEA considerava plenamente adequados às necessidades argentinas os reatores CANDU, a serem adquiridos mediante acordo com o Governo canadense.

12. O Plano Nuclear 75/85 previa a construção de 4 centrais nucleares (além da Central de Embalse, em Rio Tercero, Província de Córdoba, já em construção) com potencia de 600 mw cada uma. As jazidas de urânio conhecidas naquele momento satisfariam plenamente as necessidades de sua operação, uma vez que somente a jazida de Sierra Pintada, em San Rafael, na Província de Mendoza, poderá produzir cerca de 15 mil toneladas por ano.

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/ 339/1978/6-.

13. Após o Movimento de 24 de março de 1976 foi reformu-
lada a orientação até então seguida e se passou a propugnar a substi
tuição dos contratos "chave em mãos" por modalidades que impliquem
participação crescente da indústria nacional em todas as fases de
construção e instalação de centrais nucleares. Assim, a participa
ção nacional, que foi da ordem de 40/45% em Atucha I, passou a cer
ca de 50% na de Embalse (em construção) e deverá ser de 60% na ter
ceira central projetada (Atucha II), até que, no desenrolar do pro
grama nuclear, se atinja a meta dos 90%.
14. Essa decisão pressupõe que se busque também prover as
centrais com fornecimentos nucleares de origem nacional, conformando
se assim à meta inicial de independência absoluta, que norteou a esco
lha do urânio natural como matéria-prima. No momento verifica-se ain
da dependência de elementos combustíveis provenientes da Alemanha,
processados a partir de urânio argentino, bem como da água-pesada, to
talmente importada.
15. O ponto mais débil no programa nuclear da Argentina é
sua dependência do fornecimento da água-pesada, necessária como mode
rador para suas centrais a urânio natural. Calcula-se que no ano
2000, a Argentina necessitará em torno de 12 mil toneladas de água-pe
sada, que, aos custos internacionais atuais, significaria gasto de
1.700 milhões de dólares. Até o momento o desenvolvimento pela Ar
gentina de estrutura autônoma de produção nuclear de energia esbarra
nesse ponto, pois o Canadá lhe está vedando acesso a essa tecnologia
específica. Por isso mesmo o Governo já começou a tomar algumas pro
vidências para tentar superar tal dependência. Em setembro de 1977,
o Poder Executivo autorizou a CNEA a contratar a compra de terreno

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/339/1978/7-.

terreno vizinho à Central Nuclear de Atucha para nele instalar usina experimental de água-pesada. Esta usina servirá de base tecnológica para futura fábrica (em escala industrial) a ser construída em Neuquén, que deverá produzir 250 toneladas de água-pesada para abastecer as centrais nucleares argentinas. Finalmente, entre os objetivos da CNEA para 1978 se encontra o projeto de produção de água-pesada, que prevê a realização durante este ano de 65% da engenharia básica da usina piloto e de concorrência pública para a construção dos principais equipamentos.

16. Pelos estudos da CNEA, o setor nuclear deverá produzir cerca de 15 mil MW no ano 2000. Tal capacidade proviria de Atucha I, Embalse, Atucha II e duas centrais adicionais, a serem instaladas até 1990, bem como pela construção na década seguinte de outras centrais nucleares com o total de 12.000 MW de potência. Renegociado em junho de 1976 o contrato vigente com o Canadá, a Central de Embalse deverá entrar em funcionamento em 1981. Atucha II, com capacidade indicada de 600 MW, por razões de conveniência, poderia ser instalada junto a Atucha I. As outras duas centrais a serem construídas, também com capacidade prevista de 600 MW cada uma, já foram objeto de estudos de viabilidade para sua instalação, em princípio, em Mendoza e Bahia Blanca.

17. As reservas de urânio atingiriam 24 mil toneladas de concentrado, suficientes para abastecer seis centrais durante 30 anos. Estudos geológicos indicam ademais a existência de reservas adicionais de 125 mil toneladas, que poderiam abastecer 40 centrais pelo mesmo período e/ou garantir excedentes exportáveis.

18. Assim, o programa de instalação de centrais nucleares

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/339/1978/8-.

nucleares, justificado basicamente pelas necessidades energéticas do país, procura se orientar de forma a prover avanço tecnológico que se harmonize com o próprio esforço de desenvolvimento, do país. A assinatura de importante convênio de transferência de tecnologia com o Canadá, em 1973, que objetivava obter determinada quantidade e qualidade de engenharia e tecnologia, não chegou a alcançar seus objetivos últimos, em razão das pressões canadenses para que fossem estabelecidos cada vez mais rigorosos sistemas de salvaguarda.

19. Nô final de 1974, o Governo do Canadá chegou a paralisar toda conversação para a implementação integral do acordo, bem como sobre assistência técnica futura, à espera de que a Argentina viesse a subscrever o TNP. Apesar dessa circunstância, o Canadá decidiu prover o equipamento para a Central de Embalse (Rio Tercero).

Por outro lado, cabe lembrar que em 1976 o Governo argentino concordou em renegociar o convênio com o consórcio canadense-italiano, formado pela "Atomic Energy of Canada Ltd" e a "Italimpianti", fornecedores dos equipamentos da Usina Nuclear de Embalse, em razão dos prejuízos que estavam tendo em consequência do processo inflacionário argentino. O histórico do acordo nuclear com o Canadá foi tratado no ofício nº 116 - Tema nº 123.

20. Verifica-se assim que a forte pressão das grandes potências provedoras (os Estados Unidos em especial) para controlar o uso pacífico da energia atômica, alegadamente com a finalidade de impedir que os materiais físséis se desviem para propósitos militares, se exerceu também na Argentina de forma indireta, via Canadá. Como na prática a Argentina necessita importar tecnologia nuclear para continuar seu desenvolvimento, pode-se supor que em determinado mo

75
129
40

DATA
75
B29
MO

Emb. Buenos Aires/CONFIDENCIAL/339/1978/9-

determinado momento será necessário pôr na balança os benefícios e prejuízos que podem advir da assinatura do TNP, já que as pressões externas poderão limitar ou travar seu Programa Nuclear.

21. O Presidente Jorge Rafael Videla afirmou em Washington, em setembro de 1977, que "a Argentina sempre ofereceu suficientes garantias sobre o uso pacífico da energia nuclear àqueles países que lhe ofereceram sua cooperação tecnológica". No entanto, essas garantias poderão não ser consideradas suficientes no futuro. Assim, apesar de a Argentina se negar a assinar o TNP, por considerar que lesa sua soberania e estabelece distinção (prejudicial para a Argentina) entre os países com direito ou não a desenvolver explosivos nucleares, ainda que com fins pacíficos, as pressões externas combinadas com sua atual dependência tecnológica, poderão forçar o Governo argentino a aceitar salvaguardas cada vez mais rígidas impostas por seus fornecedores ou pelas potências nucleares.

CLÁUDIO GARCIA DE SOUZA
(Embaixador)

gather
momentum
for bi-lat.
coop. Aug. Board

BRAZILIAN EMBASSY IN BUENOS AIRES

Oficio no. 339

Date: 4/5/1978

DAM-/DNU/DEM/SEB/

CONFIDENTIAL

To: Secretariat of State for External Relations

External Policy. Argentina.

Nuclear non-proliferation.

Issue no. 132.

Information [] Argentina is not a signatory of the Treaty on the Non-proliferation of Nuclear Weapons (TNP) because it considers that on the one hand, it is inclined to limit the arms race, on the other, it consolidates in the hands of a few States the decision about who has or who does not have the right to benefit from the extraordinary possibilities of economic and social development that the peaceful uses of nuclear energy would ensure. Not having participated in the Conference of the 18 Nation Disarmament Committee, which met in Geneva and presented to the General Assembly in 1968 a finished document whose change was politically impossible, Argentina deemed necessary to put forth a general reservation about that procedure.

. It has thus pointed out, as an initial principle, that it was encouraging that the governments were given the opportunity to expound their opinions on the general question of non-proliferation and on the treaty in particular, in the hope that in a constructive and cooperative spirit, the concerns and aspirations of those that had not participated in the deliberations at Geneva would be taken into consideration. Besides, it stressed that an exaggerated importance should not be attributed to the argument that at that moment it had been possible to achieve the convergence of opinions of the two largest nuclear powers, something that might not be repeated in the future, in order to ensure the approval of the treaty.

. Two aspects should be distinguished regarding the Argentine position on non-proliferation in general and on the Treaty itself. Argentina is not opposed to the non-proliferation of nuclear weapons and until 1968 supported firmly all initiatives on this matter at the United Nations General Assembly. Moreover, Argentina co-sponsored the proposals that were included in the Antarctic Treaty of 1/12/59, which prohibited the carrying out of nuclear tests in the Antarctic and the deposit of radioactive waste in that region. It signed, although it has not yet ratified, the Treaty of Moscow on nuclear tests and the Treaty of Tlatelolco on the prohibition of nuclear weapons in Latin America. However, this support of the idea of non-proliferation of nuclear weapons is not unconditional and indiscriminate, but rather subordinated, for Argentina, to the recognition of two fundamental values that must remain protected in the instruments that regulate non-proliferation.

. The first is the protection of the security of each of the members of the international community, since today, with the existence of nuclear and non-nuclear countries, mere non-proliferation freezes the existing situation. Consequently, Argentina considers that it is necessary that effective guarantees be given to the States that do not possess nuclear weapons by those who, by virtue of their greater military power, have a primary responsibility in the nuclear field.

. The second fundamental value that Argentina understands must be protected in order to achieve non-proliferation is the technological progress, particularly of the developing countries, for whom it is the key to economic and social development. "Argentina" - said the delegate of this country at the First Committee of the General Assembly in 1968, "will gratefully receive all assistance that may be given to it by the Great Powers in order to develop its nuclear technology for peaceful purposes, but cannot accept to be subordinated to a constant dependence in this field, the more so

when the country already possesses the basic nuclear techniques needed for our economic development".

. On the basis of these general premises, Argentina reserved its position on the Treaty on the Non-proliferation of Nuclear Weapons and presented a number of objections to the text. First, it was considered that what was then still a draft of the Treaty limited the faculty of the non-nuclear States in the whole line of research with regard to peaceful explosions; Argentina favored the inclusion of a formula similar to that of the Treaty of Tlatelolco, especially its Article 18, which it considered more convenient to the interests of developing countries. Within this general idea, it criticized the formula adopted in Article 5 because it considered that the nuclear Parties to the Treaty would not accept in fact any concrete obligation since their commitment was restricted to mere cooperation "through the appropriate international procedures" (not defined in the Treaty nor in the General Assembly debate) and to "the potential benefits of any peaceful applications of nuclear explosions".

. For the Argentine delegation the vague formulation of the commitments assumed by the nuclear States contrasted with the clear and concrete obligations imposed on the non-nuclear countries in Articles 1 and 2. With regard to Article 4, it was considered appropriate to mention the inalienable right to the national development, although that was a mere declaration.

. Another issue of concern for Argentina was the exchange of nuclear equipment and materials, such as envisaged in the draft Treaty, since it did not consider that the question was clearly defined. On the other hand, Argentina considered Article 6 insufficient and described it as "a mere declaration of good intentions", stressing the need for concrete formulas regarding the obligations of the nuclear powers. For all these reasons Argentina did not sign the Treaty and abstained in the vote of Resolution 2178 (XXII) of the General Assembly which commended it.

. Argentina understands that the current intention is to control all nuclear peaceful activity by means of ever more strict safeguards and other procedures and to make the construction of uranium reprocessing and enrichment plants impossible, and finally to prevent those that did not sign the NPT from the possibility of manufacturing nuclear devices for peaceful purposes. The review of the Conference of the NPT, held in Geneva, in May 1975, was not able to overcome certain substantive aspects which led many countries not to adhere to the Treaty. The conclusions of the Conference were considered meager by Argentina, especially with regard to the most controversial points of the NPT.

. Without doubt the peaceful utilization of nuclear energy has an fundamental place in Argentina's economic development, and it should be recalled that this country set up its National Nuclear Energy Commission on May 31, 1950 and by Decree no. 22.198, of December 19, 1950, transformed it into a dependent agency from the Presidency of the nation and redefined its functions and purposes. On the other hand, the first nuclear reactor to operate in Latin America was RA-1, built in Argentina and in operation since 1958 for research and production of radioisotopes. Today, the production of radioisotopes is primarily done at RA-3, designed and built by CNEA and at work in the Atomic Center in Ezeiza since 1967. Since March 20, 1974, Argentina consumes electric energy produced by the Atucha Nuclear Plant, located on the right bank of the Paraná river, a little over 100 km northwest of Buenos Aires.

. In 1975 CNEA presented a nuclear plan for the decade 1975/1985, based on the principle that natural uranium was the ideal solution for the Argentine nuclear development, because the country had already assimilated a large part of that technology, considerably less expensive than that of enriched uranium. In particular the CNEA considered the CANDU reactors, to be acquired through agreement with the Canadian government, as perfectly appropriate to Argentine needs.

. The nuclear plan 1975/85 foresaw the construction of four nuclear plants (besides the one at Embalse, in Rio Tercero, Province of Cordoba, already under construction) each with the power of 600Mw. The uranium deposits known at the time were perfectly adequate for the needs of the operation, since the Sierra Pintada mine, in San Rafael, in the Province of Mendoza, by itself, would be capable of producing about 15 thousand tons a year.

. After the Movement of March 24, 1976 the direction that was being followed was

revised and it was proposed to replace contracts "keys in hand (llave en manos) by modalities that involved growing participation of the national industry in all stages of the construction and installation of nuclear plants. In this way, the national share, which was of about 40/45% at Atucha I, grew to about 50% at Embalse (under construction) and should be of 60% at the third projected plant (Atucha II), in the course of the nuclear program, until reaching the goal of 90%.

. That decision presupposes also an attempt to supply the plants with nuclear materials of national origin in accordance with the original goal of absolute independence that was behind the choice of natural uranium as raw material. At the moment there is still a dependence of fuel elements from Germany, processed from Argentine uranium, as well as totally imported heavy water.

. The weakest point of the Argentine nuclear program is its dependence on the supply of heavy water, needed as the moderator for its natural uranium plants. It is estimated that in 2000, Argentina will need about 12 thousand tons of heavy water, which at current international costs, would mean an expenditure of 1.7 billion dollars. At present the Argentine development of an autonomous structure for the production of nuclear energy hits this snag, since Canada is barring its access to this specific technology. For this reason the government already started to take some measures in order to try to overcome this dependence. In September 1977, the Executive Power authorized CNEA to purchase land adjoining the Atucha Plant in order to build a heavy water test plant. This plant will serve as the technological base for a future plant (of industrial scale) to be built in Neuquén and which should produce 250 tons of heavy water to supply the Argentine nuclear plants. Finally, among the goals of CNEA for 1978 there is a project for heavy water production that foresees during this year the materialization of 65% of the basic engineering portion of the pilot plant and a public bidding for the construction of the main equipment.

. According to studies by CNEA the nuclear sector should produce about 15 thousand Mw by the year 2000. Such capacity would come from Atucha I, Embalse, Atucha II and two additional plants, to be put in place by 1990, as well as the construction of other nuclear plants with a total power of 12.000 Mw in the following decade. After the contract in force with Canada was renegotiated in June of 1976, the Embalse plant should start operations in 1981. Atucha II, with a foreseen capacity of 600 Mw, could be built next to Atucha I for reasons of convenience. The other two plants to be built, also with 600 Mw of capacity each, were already the subject of feasibility studies for their installation, in principle, in Mendoza and Bahia Blanca.

. Uranium reserves should provide 24 thousand tons of concentrate, enough to supply six plants for 30 years. Geological studies indicate, moreover, the existence of additional reserves of 125 thousand tons, which could supply 40 plants for the same time and/or ensure exportable surplus.

. Thus, the program to install nuclear plants under the main justification of the energy needs of the country, seeks to evolve toward contemplating technological advancement in line with the country's development effort. The signature of an important technology transfer convention with Canada, in 1973, which aimed at obtaining a certain amount and quality of engineering and technology, did not attain its final objectives due to Canadian pressures for the establishment of increasingly stricter safeguards systems.

. At the end of 1974, the Canadian government even provoked a complete stop of the conversations on the total implementation of the agreement and on future technical assistance in the expectation that Argentina would sign the NPT. In spite of this circumstance, Canada decided to supply the equipment for the Embalse plant (Rio Tercero). On the other hand, it is worth remembering that in 1976 the Argentine government agreed to renegotiate the agreement with the Canadian-Italian consortium, formed by the "Atomic Energy of Canada Ltd" and the "Italmimpianti", suppliers of equipment from Nuclear Plant of Embalse, due to the losses they were having as a consequence of the Argentine inflationary process. The history of the nuclear agreement with Canada was processed at office No. 116 - Theme No. 123.

. It can be seen that the strong pressure of the big supplying (especially the United States) powers to control the peaceful use of atomic energy, allegedly with the objective of preventing the diversion of fissionable materials to military purposes, was also exerted indirectly on Argentina, via Canada. Since in practice Argentina

needs to import nuclear technology in order to take its development forward, it is possible to suppose that at a given moment it will be necessary to weigh the benefits and the harm that may result from the signature of the NPT since external pressures may curb or stop its nuclear program.

□□

21. President Jorge Rafael Videla stated in Washington, in September 1977, that "Argentina has always offered to those countries that provided it with technological cooperation sufficient assurances about the peaceful use of nuclear energy". However, such guarantees may not be considered sufficient in the future. Therefore, despite Argentina's refusal to sign the NPT, because it considers that the treaty violates its sovereignty and establishes a distinction (harmful for Argentina) between countries that have and do not have a right to develop nuclear explosives, albeit for peaceful purposes, external pressures combined with its present technological dependence may force the Argentine government to accept ever more strict safeguards imposed by its suppliers or by the nuclear powers.

(signed) Claudio Garcia de Souza
Ambassador